



- REQUERIMENTO Número /x (.^a)
- PERGUNTA Número 2021 /x (4.^a)

Expeça-se
Publique-se
08/04/09
Q Secretário da Mesa <i>Recorreis</i>

Assunto: O Metro do Porto e os apoios comunitários

Destinatário: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Segundo se pode inferir da análise do relatório e contas da empresa Metro do Porto, aprovado recentemente e referente ao ano de 2008, a empresa estará próximo da falência técnica.

Não obstante as receitas em 2008 terem aumentado cerca de 9,8% relativamente ao ano de 2007, bem acima aliás do aumento da procura, (que não obstante se situou num acréscimo importante de cerca de 7%), não obstante os custos directos de operação terem diminuído de quase 2%, a empresa Metro do Porto viu agravados os seus encargos financeiros, os quais ascenderam a 68,7 milhões de euros em 2008 (sem contar com os encargos da locação financeira do material circulante), um agravamento de cerca de 11,5% relativamente ao ano de 2007.

Isto fica a dever-se – como assinala o relatório e contas da empresa – à insuficiente comparticipação do Estado (do Governo) a fundo perdido concedida pelo Governo. Esta carência de financiamento condiciona significativamente os resultados financeiros da empresa Metro do Porto, conduzindo a níveis elevados de endividamento da empresa, com impactos negativos nos resultados (diz o supracitado relatório e contas da Metro do Porto).

Aliás, no próprio ano de 2008, os investimentos realizados globalmente pela empresa superaram os cento e vinte milhões de euros, a quase totalidade por recurso a financiamento bancário cuja obtenção é hoje feita com custos ainda mais acrescidos face à situação financeira que se atravessa.

Para ter uma ideia clara desta situação basta verificar a evolução das participações do PIDDAC nos últimos anos: 9,25 milhões de euros em 2006, 8,0 milhões (para os veículos tram-train), em 2007, 7,4 milhões de euros em 2008!



No plano dos fundos comunitários a situação não é melhor. O nível de comparticipação previsto no actual QREN é – diz o relatório e contas da empresa Metro do Porto - “manifestamente exíguo face à dimensão dos investimentos previstos para este período. Apesar das tentativas do aumento do nível de financiamento a fundo perdido, o seu peso foi reduzido de 43,9% para 26,2%”.

Não admira, por isso, que o POVT (Programa Operacional de valorização do Território) não tenha uma única medida ou euro que possa albergar candidaturas da Metro do Porto a comparticipações financeiras, restando o PORNORTE (Programa Operacional da Região Norte) como única âncora financeira para que a empresa do metro do Porto possa aceder a financiamentos comunitários a fundo perdido.

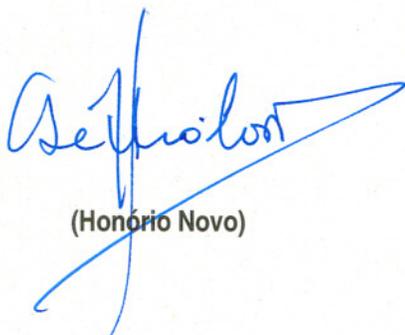
E para cúmulo, conclui-se (do que diz o citado relatório) que se encontra ainda em dívida uma comparticipação referente à totalidade de pagamentos de 2006 e de 2005, referentes ao FEDER, no total de 35,7 milhões de euros.

Perante esta situação inacreditável e inaceitável falta de apoio financeiro do Governo ao Metro do Porto, ao longo dos últimos anos, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional**, responda às seguintes questões:

1. Como se pode explicar que um projecto desta natureza possa ter visto reduzida de forma tão inaceitável o peso das comparticipações dos meios financeiros públicos a fundo perdido, designadamente com origem comunitária?
2. Como é possível conceber, ainda por cima, que em sequência da pergunta anterior, o POVT não tenha uma única medida de apoio que possa ser objecto de candidatura por parte da empresa Metro do Porto?
3. Tem esse Ministério a noção que esta política de sub-financiamento a fundo perdido está a levar a Metro do Porto à falência? Pretende o Governo levar a cabo uma política de preços que penalize as populações com aumentos inaceitáveis dos preços dos bilhetes?
4. Como é possível conceber que, ainda por cima, a empresa Metro do Porto seja credora de 35,7 milhões de euros do FEDER, relativamente a comparticipações dos anos de 2005 e 2006?

Palácio de São Bento, 8 de Abril de 2009.

Os Deputados:


(Honório Novo)


(Jorge Machado)